

INTRODUÇÃO

ANTES DO GOLPE DE 1964, os militares brasileiros nunca haviam exercido o poder em nome do Exército de forma duradoura. Apesar disso, envolveram-se amiúde na política: de proclamações a manifestos, de revoltas a ultimatoss, de intervenções pontuais a pressões de gabinetes, homens em armas estiveram entre as principais eminências, pardas ou não, da República. Porém, a partir dos anos 1910, a tentação de intervir na cena pública fez-se acompanhar de uma preocupação quanto às desordens internas que tal comportamento poderia acarretar. Temeu-se, depois constatou-se, que o envolvimento na política suscitaria discussões, debates e conflitos no seio da corporação que atentariam contra a ordem hierárquica e sua eficácia. Essa preocupação aumentou ao longo do tempo e o *esprit de corps* das Forças Armadas constituiu-se, progressivamente, em torno de uma visão negativa da política, acusada de desagregar a instituição, ser nociva à disciplina e corromper a alma pura do oficial. Formou-se, assim, um ideal de profissionalismo e apolitismo militar.

A contradição entre esse ideal e as frequentes intervenções foi muitas vezes incômoda. E sob o regime militar instalado pelo golpe de Estado de abril de 1964, ela se tornou simplesmente insustentável. A fim de conciliar exigência disciplinar e ação política dos militares, foi implicitamente admitido no discurso oficial que, para proteger a instituição, apenas a elite hierárquica se imiscuiria nos assuntos de Estado. A massa dos oficiais e a tropa deviam ser resolutamente mantidas a distância. Como apontava em 1969 o general Orlando Geisel, então ministro do Exército do terceiro governo militar,

Queiramos ou não, estamos metidos na política. O general muitas vezes é obrigado a aparentar que não está metido em coisa alguma, que cuida apenas da parte profissional, mas o general, evidentemente, tem que se meter na parte política; mete-se pelos bastidores. ... Capitão, major, coronel e o próprio general de brigada devem deixar de fazer política; política é só nos altos escalões. Comandante de exército faz política; faz menos que eu, ministro, faço; e eu, menos que o presidente, mas faz política. É preciso dar a impressão de que nós não estamos cogitando da política.¹

Em outros termos, existia um dever, não raro apresentado pela elite militar como uma realidade: “militares não fazem política.” E quando fazem, é um assunto de generais.

Os cientistas sociais apropriaram-se parcialmente dessa concepção das relações entre militares e política e, em geral, só vieram a se interessar pela ação política dos mais graduados. O regime militar foi tratado da mesma forma: o corpo dos oficiais em seu conjunto e, mais ainda, a tropa viram-se relegados a cenário histórico, no máximo a figuração em uma peça cujos atores principais eram os generais. Os comportamentos dos oficiais subalternos e superiores foram geralmente considerados não políticos: a esmagadora maioria teria permanecido longe dos círculos de decisão, estacionada nos quartéis, concentrada em “tarefas profissionais” supostamente apolíticas; ao passo que a minoria que participou da repressão de Estado foi o mais das vezes descrita como um grupo de criminosos cuja conduta “fanática” não mereceria análise política. Quando se fala deles, associa-se então aos jovens oficiais seja a passividade absoluta, seja a radicalidade, a emotividade, a efervescência coletiva. Apenas os generais levaram o crédito de possuir um pensamento, uma doutrina, uma estratégia, em suma, uma racionalidade política. O status de ator político foi atribuído exclusivamente aos generais.

O desinteresse pelas lógicas políticas internas do corpo de oficiais não resulta apenas de uma apropriação dos imaginários da elite militar. É igualmente consequência de uma coerção das fontes – no interior dessa grande incógnita arquivística que é a instituição armada, mais ainda sob um regime autoritário e repressivo, os militares subordinados são os personagens mais inacessíveis aos pesquisadores. Com efeito, os generais, sobre os quais a proibição disciplinar de intervir no espaço público pesava menos do que sobre os tenentes e capitães, deixaram muito mais rastros na história.

Por fim, e principalmente, esse desinteresse pelas mobilizações políticas dos jovens oficiais é produto de determinada leitura do papel do Exército brasileiro no século XX que muitos jornalistas e pesquisadores dividem, nem sempre explicitando-a. Conforme essa leitura, os escalões inferiores da oficialidade, em virtude do “profissionalismo militar”, desapareceram progressivamente da cena política ao longo do século. O indivíduo, à medida que a organização reforçava sua coesão interna, diluiu-se no grupo: segundo a expressão de José Murilo de Carvalho, o “soldado cidadão”, predominante no momento da

proclamação da República, mas que representava um risco para a instituição, desapareceu em prol do “soldado profissional”, depois do “soldado corporação”.² Diferentemente do que anunciara o cientista político norte-americano Samuel Huntington no fim dos anos 1950, essa profissionalização não provocou um afastamento da cena política³ – aliás, a proliferação dos golpes de Estado, nos anos 1960 e 1970, em países latino-americanos dotados de Exércitos intensamente profissionalizados (Brasil, Uruguai, Chile, Argentina) desmente categoricamente tal ideia. Ao contrário, porque isolou a instituição militar, reforçando sua coerência e estruturação internas e permitindo a propagação organizada de novas doutrinas, a profissionalização foi a base do intervencionismo político dos Exércitos latino-americanos.⁴ Porém, em vez de um “intervencionismo militar” fundado na politização de oficiais de todas as patentes, teria nascido um “intervencionismo dos generais”.⁵

Os trabalhos vinculados a essa perspectiva, comumente denominada “organizacional”, insistem no relativo isolamento das Forças Armadas brasileiras no seio da sociedade, na autonomia crescente da instituição ao longo do século e no progressivo desaparecimento da ação política individual dos militares em prol da ação de sua corporação.⁶ Essa interpretação foi acompanhada por uma importante renovação historiográfica da análise da instituição militar brasileira e de suas relações com a esfera política. Permitiu dirigir a atenção para os processos de socialização, normas e valores típicos das Forças Armadas, bem como para suas evoluções doutrinárias, profundamente explicativas das tomadas de posição políticas ao longo do século. Com efeito, recusando-se a ver sistematicamente nos comportamentos políticos dos militares o reflexo ou a mão de civis, essa perspectiva construiu a instituição armada como objeto legítimo de pesquisa.

Além disso, é forçoso constatar que no século XX os generais participam cada vez mais das intervenções políticas dos militares. Nos primeiros momentos da República, os agitadores são quase sempre jovens oficiais. Os principais artífices da proclamação da República brasileira são, assim, alunos oficiais da Escola da Praia Vermelha, conquistados nos anos 1880 pelo republicanismo, o positivismo e o abolicionismo, doutrinas modernas que modificam sua relação com o mundo, e pela ideia de “soldado cidadão”, ou seja, de responsabilidade individual dos oficiais com relação à sociedade.⁷ Embora rapidamente substituído por generais no prosclênio, um setor da mocidade militar continua a ter,

nas décadas seguintes, um papel relevante de agitador político. Nos anos 1910, são os “jovens turcos”, tenentes e capitães constituídos em grupo de pressão em torno da revista *A Defesa Nacional*, que tentam reformar a instituição militar para adaptá-la aos novos tempos. Rechaçam, decerto, a indisciplina e a participação individual dos oficiais na política – ao contrário, seu ideal é um profissionalismo à europeia –, mas nem por isso deixam de defender, desde as patentes inferiores, um intervencionismo maior na cena pública. Cerca de dez anos mais tarde, em julho de 1922, outros jovens oficiais mostram menos escrúpulos quanto aos quesitos disciplina e hierarquia: são os revoltados do Forte de Copacabana, cuja denúncia das “oligarquias republicanas” congrega dezenas de tenentes e capitães ao longo dos anos. “Poder desestabilizador” dos anos 1920, para repetir a expressão de José Murilo de Carvalho, a força política dos tenentes resulta na chegada de Vargas ao poder e na Revolução de 1930.

O Exército brasileiro paga o preço do tenentismo quando, nos anos 1930, passa por uma das mais graves crises disciplinares de sua história. O objetivo primordial da hierarquia militar consiste, assim, em restabelecer a cadeia de comando, impedir o envolvimento de militares na política e limitar a intromissão civil nas casernas. O grande organizador dessa nova orientação é Pedro Aurélio de Góis Monteiro, revolucionário de última hora, ministro da Guerra em 1934-35, depois chefe do Estado-Maior do Exército de 1937 a 1943. A sacralização da hierarquia e da disciplina e o rechaço do debate político enraizam-se então nos discursos e imaginários militares. Permanece, na segunda metade do século, o *leitmotiv* das elites militares e civis brasileiras, enquanto a própria regulamentação evolui. As sanções disciplinares impostas aos oficiais que se entregaram à militância política agravam-se sob o Estado Novo: em 4 de março de 1938, um novo Regulamento Disciplinar do Exército proíbe qualquer discussão, manifestação ou ato de propaganda política aos oficiais, tanto no espaço público quanto na caserna.⁸

A tendência a voltar o olhar para o topo da pirâmide hierárquica vê-se intensificada pela trajetória de uma geração singular de oficiais, no primeiro plano de quase todas as intervenções militares sob a República: “a geração de 1900.” Nascidos junto com o século, esses militares eram tenentes na época do tenentismo, houvessem ou não participado do movimento de revolta. Em início de carreira, sob Vargas, vários deles ocuparam postos administrativos e de governo, em nível estadual ou federal; a entrada na guerra encontra-os

na metade da carreira, aptos a comandar unidades importantes, no caso dos que integram a Força Expedicionária Brasileira (FEB). Nos anos 1950, alguns manifestam-se publicamente como coronéis, fato inédito até essa época, antes de tomarem o poder em nome do Exército em abril de 1964. Nessa data, já são generais. Essa geração, maior provedora de arquivos pessoais e depoimentos publicados, forma o contingente básico de atores visíveis da instituição armada, atraindo praticamente todo o foco dos pesquisadores.⁹

O PROJETO DE ENQUADRAMENTO das Forças Armadas brasileiras e a consolidação da elite militar como ator político não têm então nada de mito, constituindo duas características essenciais das relações entre Exército e política no Brasil do século passado. No entanto, trata-se de um *modelo*, pautado por um *ideal* engendrado pelos próprios atores, que não descreve integralmente a realidade política. Além do mais, contribui para ocultar a persistência de uma mobilização de oficiais de patente subalterna e superior na segunda metade do século.

A queda do Estado Novo inaugura efetivamente uma era de forte polarização e mobilização política da sociedade brasileira, cujas Forças Armadas são ao mesmo tempo um eco e um agente central. A principal caixa de ressonância é o Clube Militar, que no pós-guerra recuperou seu papel de foco de agitação política no Exército: ali são asperamente discutidas as grandes questões que eletrizam a cena política nacional, e ali se enfrentam, às vezes virulentamente, a facção nacionalista, solidária do campo getulista, e a direita liberal e anticomunista, aglutinada a partir de 1952 na chapa da Cruzada Democrática. Sob o segundo governo Vargas (1951-54), o conflito de facções transforma-se numa guerra interna da qual participam oficiais de todas as patentes. Na época, o Clube não constitui uma ilha de politização num Exército enquadrado; se o essencial do ativismo está concentrado no Rio de Janeiro, onde se situa sua sede, a atmosfera de debate, até mesmo de confronto, impregna as casernas em todo o país. A participação nas eleições do Clube é maciça; manifestos assinados por centenas de oficiais são divulgados publicamente. Esse estado de efervescência política é diametralmente oposto aos preceitos hierárquicos, que pareciam tender a construir uma nova “identidade militar”, hostil às implicações partidárias e outros atos de indisciplina.

Fato espantoso, a direita militar continua a exigir uma instituição despolitizada e estritamente profissional: o campo nacionalista é o único acusado de causar distúrbios, subverter a hierarquia, cavalo de troia de interesses civis. Entretanto, a facção antinacionalista, muito próxima do partido da União Democrática Nacional (UDN) e, sobretudo no Rio de Janeiro, inflamada pelos discursos de Carlos Lacerda, está tão envolvida em questões partidárias quanto seu adversário; além disso, embora conte com poucos sargentos, tenentes e jovens capitães, antes seduzidos pelas teses nacionalistas, majores, tenentes-coronéis e coronéis são legião em suas fileiras. Enfim, é do campo antinacionalista que advêm as únicas revoltas militares dos anos 1950: a “República do Galeão”, centro de investigação insurgente de oficiais da Aeronáutica, formado após a tentativa de assassinato de Lacerda que custou a vida de seu guarda-costas, o major da Aeronáutica Rubens Vaz (agosto de 1954); a resistência no cruzador *Tamandaré* à Novembrada do marechal Lott em 1955, destinada a garantir a posse do presidente eleito Juscelino Kubitschek; as revoltas de Jacareacanga (janeiro de 1956) e Aragarças (dezembro de 1959), por meio das quais um punhado de oficiais da Aeronáutica tenta desestabilizar o poder estabelecido e, no caso da segunda, promover a candidatura de Jânio Quadros, ídolo dos militares conservadores, às eleições presidenciais (de outubro de 1960); e a tentativa de impedir a posse de João Goulart (em setembro de 1961).

Portanto, antes mesmo do início do governo Goulart, parte da oficialidade conservadora vive numa atmosfera de complôs e revoltas permanentes. Essa situação acostuma os insubmissos à impunidade – são anistiados em diversas ocasiões –, cristaliza práticas contestatárias, tece redes e reforça uma ideia totalmente contraditória com relação ao profissionalismo e apolitismo militares: a mística de uma “revolução” anticomunista, autoritária e hostil à maioria da classe política.

ESSE ATIVISMO não se interrompe em 1964. A despeito do peso do imaginário hierárquico e da vitória de sua própria facção, vários jovens oficiais veem o golpe de Estado como sua “revolução”: sentem-se responsáveis pelo novo regime e pretendem de fato infletir seu curso. Seus protestos estão na origem de um fenômeno espantoso: o surgimento de uma verdadeira vida política na esfera da oficialidade das Forças Armadas, sob uma ditadura militar. Apenas

na esfera da oficialidade: com efeito, o ativismo político dos praças e graduados, muito ligados ao campo nacionalista e ao pré-1964, parece ter se extinguido com o golpe.

Oficiais de todas as patentes, do tenente ao general dissidente, são os atores dessa vida política bastante peculiar. Suas trajetórias e redes, seus modos de organização e ação, suas convicções e estratégias não são uma pequena história ao lado da grande: permitem compreender a evolução do regime, sua progressiva militarização, seu endurecimento por espasmos e seu fechamento repressivo. Mais do que isso, o ativismo desses oficiais, por ter sido considerado legítimo por grande parte dos golpistas, é revelador da natureza do próprio regime militar e, em particular, de suas ambiguidades simbólicas. Obra coletiva de uma direita militar galvanizada pela palavra “revolução” ou açambarcamento do poder de Estado por generais imbuídos de um imaginário hierárquico? Desvio autoritário da República ou Estado de exceção “revolucionário”? Entre esses modelos, os golpistas irão coletivamente improvisar, na negociação e no conflito, seu próprio regime.